

cies _iscte

e-Working Paper

LETRAS EM MARCHA

Escritos de circunstância
e gazetas portuguesas durante
a Guerra Peninsular, 1808-1810

JOÃO VICTOR RIBEIRO PIRES

Nº 245/2026

E-Working Paper | Número 245/2026

LETRAS EM MARCHA

ESCRITOS DE CIRCUNSTÂNCIA E GAZETAS PORTUGUESAS
DURANTE A GUERRA PENINSULAR, 1808-1810

JOÃO VICTOR RIBEIRO PIRES

© João Victor Ribeiro Pires, 2026

João Victor Ribeiro Pires

Letras em marcha: escritos de circunstância e gazetas portuguesas durante a Guerra Peninsular, 1808-1810

Primeira publicação: fevereiro de 2026

ISSN: 1647-0893

Conselho editorial:

Sandra Palma Saleiro (coordenadora)

Ana Margarida Barroso

Jorge Vieira

Nuno de Almeida Alves

Rita Cachado

Rosário Mauritti

Conceção gráfica e composição: Lina Cardoso

Composição em caracteres Futura, 12

Propriedade do título: CIES-Iscte

Correspondência:

CIES-Iscte, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa

Tel.: (+351) 21 046 4018

E-mail: cies@iscte-iul.pt

LETRAS EM MARCHA

ESCRITOS DE CIRCUNSTÂNCIA E GAZETAS PORTUGUESAS DURANTE A GUERRA PENINSULAR, 1808-1810

João Victor Ribeiro Pires

João Victor Ribeiro Pires, é doutorando em História Moderna e Contemporânea pelo Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, mestre em História Moderna e Contemporânea pela mesma instituição e licenciado em Comunicação Social pelo Centro Universitário FACHA (Rio de Janeiro, Brasil).

Email: Joao_Victor_Pires@iscte-iul.pt

Resumo O presente artigo se utiliza das gazetas e dos escritos de circunstância em Lisboa e no Rio de Janeiro para analisar a produção literária no império português entre 1808 e 1810, período crítico da Guerra Peninsular. Nas duas primeiras partes, a partir de um duplo movimento analítico, propomos um exame estatístico das propagandas literárias na imprensa e a análise de conteúdo de um conjunto de obras impressas nessa altura. Na terceira parte, apresentamos as evidências do potencial que a palavra tinha para circular rapidamente pelas ruas. O objetivo é aprofundar o conhecimento sobre um setor que se mostrou determinante no esforço de guerra português. Conseguimos, por um lado, identificar mudanças de tempo curto na circulação da palavra impressa ocorridas diante do impacto dos acontecimentos políticos, indicando um processo de expansão da leitura nos dois centros do império em paralelo com uma mudança no perfil das obras que despertam interesse; por outro, evidenciar que a mobilização dos prelos se fez acompanhar de estratégias discursivas baseadas nos tópicos mais apelativos, capazes de impactar as classes populares e de construir um consenso contra os franceses.

Palavras-chave: império português, invasões francesas, Napoleão Bonaparte, imprensa portuguesa, Guerra Peninsular.

Abstract This article uses the gazettes and circumstantial writings in Lisbon and Rio de Janeiro to analyze literary production in the Portuguese empire between 1808 and 1810, a critical period in the Peninsular War. In the first two parts, based on a double analytical movement, we propose a statistical examination of literary advertisements in the press and a content analysis of a set of works printed at the time. In the third part, we present evidence of the word's potential to circulate quickly on the streets. The aim is to improve our knowledge of a sector that proved decisive in the Portuguese war effort. We were able, on the one hand, to identify short-term changes in the circulation of the printed word that occurred in the face of the impact of political events, indicating a process of expansion of reading in the two centers of the empire in parallel with a change in the profile of the printed works that aroused interest; on the other hand, to show that the mobilization of the presses was accompanied by discursive strategies based on the most appealing topics, capable of impacting the popular classes and building a consensus against the French people.

Keywords: Portuguese empire, French invasions, Napoleon Bonaparte, Portuguese press, Peninsular War.

INTRODUÇÃO

O período dos conflitos napoleónicos, no início do século XIX, representou um tempo de ampliação da imprensa e da produção editorial na Europa e noutras partes do mundo¹. As primeiras décadas de Oitocentos foram marcadas por confrontos militares, mas também por enfrentamentos no campo das ideias. Neste último aspeto, as armas eram as publicações impressas. Com este cenário, o setor cultural assumiu um papel estratégico e, de um lado e de outro, os atores fizeram uso dos prelos para transmitir ideias e tentar construir consensos políticos na sociedade, pois, segundo Michael Broers (2005: 23), a confiança é essencial a qualquer regime que queira levar o domínio para além do campo militar e económico.

Muitas vezes para conquistar a confiança de um lado é preciso despertar a desconfiança de outro. No campo editorial português essa disputa foi latente entre afrancesados e contrarrevolucionários. Um documento da Correição do Crime do Bairro de Alfama, em Lisboa, lança luz sobre essa questão. Em julho de 1810, por aviso da Intendência-Geral da Polícia, o corregedor instaurou um sumário para averiguar uma acusação contra André de Moraes Sarmiento, padre e capelão do Hospital Real Militar da Corte; José Joaquim Vieira Couto, antigo almoxarife do Hospital das Gaeiras; e João Nepomuceno, cadete, acusados de serem “apaixonados dos

1 Há uma pluralidade de trabalhos que mostram o crescimento da imprensa durante o período. Podemos citar estudos em Espanha (Étienvre, 2010; La Parra, Fernández Sirvent e León Navarro, 2012), Rio da Prata (Goldman e Pasino, 2008: 101), Nápoles (Trombetta, 2011) e Egito (Marsot, 2003: 109).

franceses”. As nove testemunhas depuseram contra os acusados, detalhando, por exemplo, que o padre, sempre que confrontado sobre os “muitos assassinios a mulheres e crianças” feitos pelos franceses, respondia que “tudo era falso e que não se podia dar crédito a gazetas”. Segundo a mesma fonte, Couto “riscou com a sua mão as armas portuguesas da nossa Gazeta, quando Junot as mandou extinguir”². O episódio revela um ambiente de disputa de narrativas, onde um descredibiliza o outro à procura da confiança.

As maiores cidades do Sul da Europa foram ocupadas pelo império francês liderado por Napoleão Bonaparte: Milão, entre 1797 e 1814; Nápoles, entre 1806 e 1815; Roma, entre 1809 e 1814; Madrid, entre 1808 e 1813; Barcelona, entre 1808 e 1814; e Lisboa, entre 1807 e 1808. A capital portuguesa assume particularidades nesse contexto. Ao contrário de Fernando IV, rei de Nápoles, e Carlos IV, rei de Espanha, subtraídos do poder, o soberano português não foi capturado, uma vez que a corte — liderada pelo príncipe regente D. João, futuro rei D. João VI — se transferiu em novembro de 1807 para o Rio de Janeiro, no Brasil, de onde passou a governar, inaugurando a imprensa na região com a fundação, em 1808, da *Gazeta do Rio de Janeiro*³.

Com as novas táticas de enfrentamento, as ocupações não foram apenas de âmbito militar. A imprensa teve um importante papel na promoção dos regimes instalados pelos franceses nos territórios ocupados (Davis, 2006: 176; Ventura, 2011; Larriba, 2016: 52), dentro de um padrão de ocupação desenvolvido por tentativa e erro durante a década revolucionária (Woolf, 1991: 45). Segundo um texto que circulou na época, os franceses eram “insignes na arte de iludir os povos com palavras”⁴. Rodrigues da Costa, panfletista anti-napolenónico, escreveu, numa sátira sobre os mandamentos do “Diabo Francês”, que o oitavo era “levantar falsos testemunhos às mais nações para as malquistar em gazetas artificiosas” (Costa, 1808a: 30).

2 AN/TT, Correição Crime do Bairro de Alfama, Processos-Crime, Letra L, mc. 11, n.º 20, cx. 25.

3 Sobre a fundação da *Gazeta do Rio de Janeiro*, ver Meirelles, 2006.

4 O *Telégrafo Português ou Gazeta para Depois do Jantar*, 02-01-1809.

Lisboa esteve nove meses sob o governo de Junot, que supervisionou a *Gazeta de Lisboa*. Durante todo o período da ameaça francesa, com duas novas tentativas de ocupação feitas em 1809 e 1810⁵, a imprensa, dividida entre Lisboa e Rio de Janeiro, foi prolífica em publicações de combate aos franceses num cenário semelhante ao da Espanha patriótica. O que se viu foi uma forte valorização da palavra impressa e uma súbita passagem, como assinala Vincenzo Trombetta (2018: 205), do antigo regime tipográfico para condições mais liberais de edição.

O mercado editorial é um bom indício para a compreensão do combate no campo das ideias que se instalou nas regiões ocupadas ou ameaçadas pela França. A edição é uma parte importante da história cultural, que, na definição de Chartier (2002: 16-17), é o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é constituída, pensada e dada a ler. A atividade editorial está no ponto de encontro entre o trabalho intelectual, o poder político e o jogo dos interesses económicos (Garin, 1991: 30). Assim, a identificação dos títulos em circulação e que despertam mais interesse é o primeiro passo para definir os valores e concepções fundamentais que, compartilhados pelos habitantes, permitem analisar a construção de consensos na sociedade (Lyons, 1987: 77).

Para o período em questão, uma das possibilidades de análise do ramo editorial são os anúncios da imprensa periódica. O constante uso do espaço propagandístico quer na imprensa portuguesa quer na brasileira — neste último caso, devido à recente criação da imprensa, os anúncios ainda começavam a conquistar um espaço no quotidiano — indica que existia uma procura correspondente. Por isso, segundo João Luís Lisboa (1991: 26), se os anúncios dão garantias de resultados aos anunciantes, também dão aos investigadores garantias na sua utilização enquanto fonte.

5 A primeira invasão, de Junot, ocupou Lisboa entre dezembro de 1807 e agosto de 1808. A Convenção de Sintra (30 de agosto de 1808) decretou a expulsão dos franceses após derrotas seguidas contra o exército luso-britânico. A segunda invasão, de Soult, entre março e maio de 1809, ocupou brevemente o Porto. A terceira, de Massena, entrou em Portugal por Almeida em agosto de 1810 e foi rechaçada pelas tropas luso-britânicas nas Linhas de Torres Vedras. Para um breve resumo do impacto dos conflitos em Portugal, ver Pedreira, 1998.

Este artigo trabalha em três frentes: as duas primeiras partes dividem-se entre a análise quantitativa dos anúncios publicados na imprensa e a análise qualitativa de um conjunto de escritos de circunstância — expressão usada por Lúcia Neves (2008: 21) para categorizar a profusão de obras politizadas impressas na altura. Na terceira, apresentamos as evidências do potencial que a palavra tinha para circular rapidamente pelas ruas. Pretende-se, assim, estudar o comportamento do setor editorial nos dois centros do império português, contribuindo não só para tirar este tema do “nível superficial” com o qual tem sido abordado em Portugal, conforme interpreta Miguel Pack Martins (2023: 191), mas também para a reconstituição dos acontecimentos de um ramo produtivo crucial na resistência portuguesa à ameaça francesa e nas transformações que marcaram o gradual desaparecimento do Antigo Regime⁶.

A EXPLOÇÃO LITERÁRIA

Os estudos indicam um verdadeiro florescimento de publicações impressas durante o período napoleónico, sobretudo nos territórios que vivenciaram de perto as investidas francesas. É uma tarefa difícil quantificar os títulos impressos em qualquer das regiões, conforme sinalizam Emilio La Parra, Rafael Fernández e Vicente León (2012) para o caso espanhol. Em Portugal, que historicamente não aparece entre as regiões europeias com o maior índice de produção editorial (Buringh e Van Zanden, 2009: 417), António Pedro Vicente (1999: 110) identifica “um surto inusitado de atividade editorial sem paralelo neste setor” e estima em 1500 os panfletos editados entre 1808 e 1811. Para 1808-1815, Nuno D’Alcochete (1978: 10) estima uma produção de três mil, apesar de salientar que é muito

6 A literatura sobre este tema é vasta no Brasil (Silva, 1977, 2007; Neves, 1992, 2003; Villalta, 1999; Meirelles, 2006, 2017; Abreu, 2009; Barra, 2012; Galves e Meirelles, 2022), mas também em Portugal (D’Alcochete, 1978; Tengarrinha, 1989: 60-69; Lisboa, 1991; Vicente, 1999; Alves, 2000; Neves, 2008; Ventura, 2011; DeNipoti, 2012; Lima, 2012; Durães, 2017: 335-361; Ventura e Silva, 2023). Ainda assim, os escritos de circunstância das invasões francesas continuam a merecer aprofundamento e atenção, tal como assinalado por Miguel Pack Martins (2023).

difícil contabilizar tudo o que foi publicado. Vejamos como a imprensa nos dá pistas desta explosão literária — termo usado por Maurizio Isabella (2023, p. 70) para definir este fenômeno em Espanha e Portugal.

Para o levantamento dos dados em Lisboa, o nosso recorte começa em dezembro de 1807, a seguir à entrada, a 30 de novembro, do exército de Junot na cidade, e termina em 1810, englobando assim os anos que marcaram as três invasões francesas. O periódico utilizado foi a *Gazeta de Lisboa*, que, embora não tenha sido o único a circular, era o mais tradicional e o que publicava anúncios com maior frequência. Destaca-se ainda por ter sido o único a manter-se em circulação durante todo o período e por permitir observar, de forma particularmente clara, as mudanças de curto prazo verificadas durante a breve ocupação francesa em Lisboa⁷. Para o Rio de Janeiro, o início é o mês de setembro de 1808, quando começou a circular a imprensa na cidade, e o fim é também o ano de 1810. O periódico utilizado foi a *Gazeta do Rio de Janeiro*, o primeiro e único autorizado a circular na altura e que atingia também leitores em Lisboa (Meirelles, 2006: 91-93). Consultámos outros anos dos periódicos para estabelecer parâmetros comparativos.

Entre 1808 e 1810, a média de obras literárias anunciadas anualmente na *Gazeta de Lisboa* foi de 210 — este é o número de títulos anunciados, uma vez que era comum um único anúncio propagandear mais de uma publicação. Em 1806, antes da primeira invasão francesa, foram 131 distintas obras anunciadas na *Gazeta*. Entre os 1733 anúncios localizados no periódico entre dezembro de 1807 e dezembro de 1810, predominaram os “avisos” literários: 458, ou 26,4%. Logo a seguir, praticamente com a mesma proporção, aparecem os 454 (26,2%) anúncios comerciais de bens de raiz. No ano de 1806, no entanto, os anúncios imobiliários eram consideravelmente mais frequentes do que

7 Outros periódicos que surgiram depois da ocupação francesa — como *Gazeta de Almada*, manuscrita e inaugurada em agosto de 1808, *Abelha do Meio-Dia*, inaugurada em julho de 1809, e *Diário Lisbonense*, lançado em maio de 1809 — também publicaram anúncios, mas com menor frequência e variedade do que a *Gazeta de Lisboa*, que tinha uma tradição de publicação propagandística desde o século XVIII (Soares, 2007).

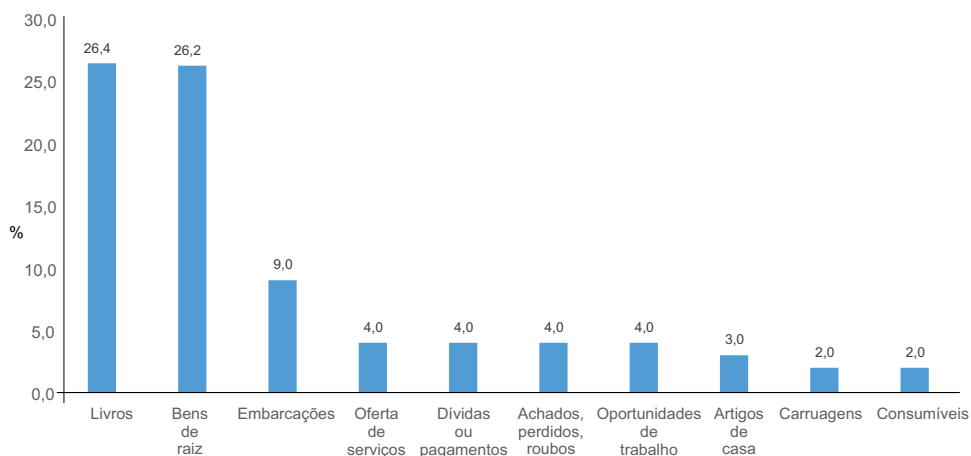


Figura 1 Tipologias de anúncios em Lisboa

Fonte: *Gazeta de Lisboa* (dezembro de 1807 a dezembro de 1810).

os literários, representando 33% dos 626 anúncios, contra 19% dos literários. São dados que revelam o fortalecimento do mercado literário num curto espaço de tempo, que somente o impulso editorial de guerra pode explicar, conforme veremos adiante, quer para o caso de Lisboa quer para o do Rio de Janeiro.

No Rio de Janeiro, se considerarmos as tipologias de anúncios da *Gazeta do Rio de Janeiro*, a secção de livros foi a segunda mais frequente entre 1808 e 1810, ficando atrás apenas dos anúncios referentes às embarcações marítimas. Dos 745 anúncios que circularam entre setembro de 1808 e dezembro de 1810, 181 (24%) referem-se aos anúncios de partida de embarcações para o depósito das cartas ou mercadorias ou ao comércio dos navios; 137 (18%) são anúncios do comércio livreiro; 102 (14%) são imobiliários. A força dos anúncios marítimos pode ser explicada pelas circunstâncias da época, entre elas um súbito aumento do movimento portuário após o decreto de 28 de janeiro de 1808, que abriu os portos brasileiros ao exterior⁸.

8 Sobre a abertura dos portos, ver Cardoso, 2010.

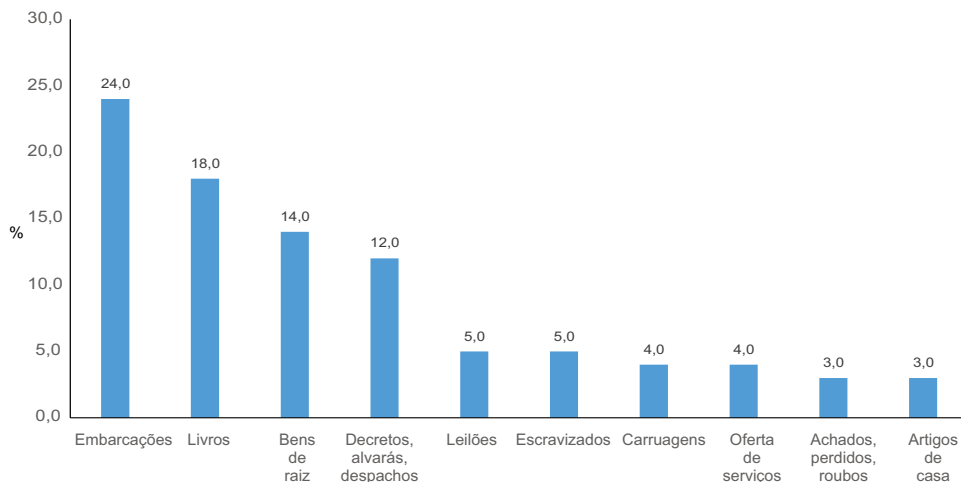


Figura 2 Tipologias de anúncios no Rio de Janeiro

Fonte: *Gazeta do Rio de Janeiro* (setembro de 1808 a dezembro de 1810).

Como o Brasil não tinha autorização para uso da imprensa antes de 1808, o parâmetro de comparação precisa ser posterior. Durante todo o período joanino, a secção de livros foi a terceira mais frequente na *Gazeta do Rio de Janeiro*, o que mostra que a vice-liderança durante o tempo da Guerra Peninsular na Europa é notável, permitindo assinalar uma circulação literária maior devido à propaganda antifrancesa. Entre 1808 e 1821, dos 9211 anúncios publicados na gazeta, os mais frequentes foram os imobiliários (20%), diante da atratividade que a cidade passou a ter com a chegada da corte (Pires, 2021), e os ligados ao mercado de escravizados (16%), comércio que teve atenção crescente, englobando aspetos como compra, venda e fuga de cativos (Pires, 2022). O setor livreiro aparece em terceiro, com 12%.

Nos dois lados do Atlântico existiu uma comunidade de livreiros franceses atuante desde o fim do século XVIII. No Rio de Janeiro, por exemplo, Paulo Martin Filho, estabelecido na cidade em 1799, era vizinho de outro livreiro francês, João Roberto Bourgeois, estabelecido na mesma altura (Neves, 1992, pp. 63-64), que tinha a sua loja na Rua da Quitanda. Em Lisboa, durante o período analisado, pelo menos cinco lojas de livreiros franceses

aparecem na *Gazeta*: a de João Baptista Reycend, no Calhariz; a da Viúva Bertrand, no n.º 45 dos Mártires; a de Pedro e Jorge Rey, no n.º 19 dos Mártires; a da família Borel, no n.º 14 dos Mártires; e a de Francisco Rolland, no Loreto. Eram conhecidos, inclusive citados por um militar inglês que esteve em Lisboa na altura (Eliot, 1810: 139), de modo que em 1806 bastava anunciar que livros estavam à venda nas lojas “dos livreiros franceses”⁹.

Em Lisboa, estes livreiros anunciaram pouco no período da guerra, devido à perseguição verificada contra os franceses, da qual alguns livreiros há muito estabelecidos na cidade não foram poupados (Curto, 2007: 222). Ilustrando a perseguição num dos seus escritos, José Daniel Rodrigues da Costa (1808) escreveu que “nesta carreira dos tolos, tudo o que vai é francês”. Em setembro de 1808, um ofício do intendente-geral da Polícia, Lucas de Seabra da Silva¹⁰, pedia moderação aos habitantes de Lisboa e noticiava “um teatro de desordens” devido ao desejo de “vingar por vossa autoridade os ultrajes” dos franceses¹¹.

Paulo Martin, livreiro francês e pai de Paulo Martin Filho, o livreiro do Rio de Janeiro, não publicou nenhum anúncio em Lisboa entre dezembro de 1807 e dezembro de 1810¹². João Baptista Reycend abandonou o país junto com os exércitos de Junot. Pedro e Jorge Rey chegaram a ser presos sob acusação de serem patriotas franceses, tendo o mesmo acontecido a Francisco Rolland (Guedes, 1987; Costa, 2008). Também sofreram os livreiros da família Borel, como Diogo Borel, que teve os bens sequestrados, uma ordem de prisão emitida e foi, em 1811, exilado para o Brasil (DeNipoti, 2018: 139). É, por isso, natural que os anúncios identificados destes franceses estejam concentrados no período da ocupação:

9 *Gazeta de Lisboa*, 04-09-1806.

10 Lucas de Seabra da Silva tornou-se intendente em 1805 e permaneceu à frente da Intendência com a anuência de Junot durante a primeira invasão francesa, deixando o cargo apenas em março de 1808 para dar lugar ao francês Pierre Lagarde. Com a expulsão dos franceses, regressou às funções em setembro de 1808, sobrevivendo à mudança política em Lisboa mesmo tendo exercido funções no governo francês. Seria afastado somente em dezembro de 1810 perante denúncias de jacobinismo, substituído por Jerónimo Francisco Lobo. Sobre Seabra da Silva, ver Dias, 2022.

11 *Gazeta de Lisboa*, 20-09-1808.

12 Martin tinha uma livraria no Loreto. A localização aparece num anúncio no Suplemento à *Gazeta de Lisboa*, 11-09-1807.

dos 25 anúncios em que aparecem, 23 foram publicados entre dezembro de 1807 e agosto de 1808.

Os livreiros portugueses, no entanto, anunciaram com vigor neste ramo e os números parecem surpreendentes até em termos comparativos. Em Nápoles, por exemplo, Trombetta (2011, p. 55), para quem a cidade está “entre os principais polos editoriais italianos no início do século XIX”, estima que, em períodos de pico, foram 150 títulos produzidos pelas tipografias num ano, número que condiz com o apresentado por Adrien Balbi (1822, p. 101), que afirma que o Reino de Nápoles produziu 114 obras em 1817. Neste cenário, segundo o levantamento que fizemos, os 210 distintos títulos anuais que em média foram anunciados na *Gazeta de Lisboa* indicam uma forte mobilização dos prelos de Lisboa em comparação com uma outra grande cidade do Sul da Europa, esta durante todo o período ocupada pelos franceses.

Os sucessos editoriais sinalizam o ímpeto para consumir essas ideias. Em 1809, um anúncio informou que a obra *Sentinela contra os franceses*, de Antonio de Capmany¹³, teve “grande acolhimento”¹⁴. A *Exposição dos factos e maquinações com que se preparou a usurpação da Coroa de Espanha*, de Pedro Cevallos¹⁵, teve cinco edições conhecidas, a quarta com quatro mil exemplares (Silva, 1862: 18). A *Besta de Sete Cabeças e Dez Cornos*, primeiramente anunciada na *Gazeta de Lisboa* a 7 de agosto de 1809, mereceu uma reimpressão e foi anunciada novamente a 22 de fevereiro de 1810. O *Verdadeiro Modo de Confessar Bem* foi sete vezes reimpresso, segundo anúncio de 13 de abril de 1810. Uma tiragem espantosa teve a *Fala de um português aos portugueses nas atuais circunstâncias*, que estava a ser distribuída gratuitamente e teve 12 mil exemplares impressos em Lisboa e nas províncias¹⁶.

13 Capmany era catalão e defensor da união entre todos os espanhóis. Advogou pela resistência contra os franceses. Ver Magallón, 2017.

14 *Gazeta de Lisboa*, 28-09-1809.

15 Cevallos foi secretário de Estado de Carlos IV e Fernando VII. Os seus escritos inserem-se na defesa dos espanhóis contra os franceses. Ver Alberto, 2012.

16 *Gazeta de Lisboa*, 28-09-1810.

A obra *Os Sebastianistas*, de José Agostinho de Macedo, teve a sua primeira edição de 500 exemplares, em março de 1810, esgotada em menos de dois dias (Silva, 1862: 67), e uma reimpressão anunciada na *Gazeta de Lisboa* no dia 11 de maio. Também foi reimpresso o texto de José Maria de Sá que “prova que um sebastianista não é um mau vassalo”¹⁷. O Sebastianismo, isto é, a crença no regresso messiânico do rei D. Sebastião, tem a sua origem num episódio iniciado em 1598 (Belo, 2021, p. 63), época em que se desenvolveu a ideia de que D. Sebastião, morto em Alcácer Quibir em 1578, estava vivo em Veneza — o rumor foi disseminado aquando da sucessão ao rei Filipe I de Portugal. O contexto das Guerras Peninsulares marcou um ressurgimento desta mobilização messiânica em Portugal, com a crença de que Sebastião regressaria para salvar o reino, impulsionando um debate acalorado sobre este tema em Lisboa e no Rio de Janeiro. Há registo de ajuntamentos no Alto de Santa Catarina, em Lisboa, para olhar para o mar à espera de Sebastião (Neves, 1810, pp. 146-147).

No Rio de Janeiro, a *Pastoral do Bispo do Algarve de 14 de setembro de 1808*, em que este fervoroso prelado exorta a dar graças a Deus pelo benefício da restauração do Reino e anima os seus diocesanos à defesa dele foi reimpressa após esgotar a primeira edição¹⁸. Paulo Martin Filho, o principal livreiro da cidade, percebendo o interesse por esses temas, mandou imprimir um conjunto de títulos acerca dos conflitos entre franceses e portugueses (Abreu, 2009: 24). Este mesmo livreiro, em 1810, arcou com a reimpressão da já citada *Exposição dos factos e maquinações com que se preparou a usurpação da Coroa de Espanha*, de Pedro Cevallos (Abreu, 2009: 25). O livreiro, identificando o sucesso que as obras antifrancesas estavam a ter, ao anunciar, em 1809, as *Reflexões sobre a conduta do príncipe regente de Portugal*, acrescentou no texto do anúncio que na sua loja estavam também disponíveis “os folhetos que têm saído”¹⁹.

17 *Gazeta de Lisboa*, 24-05-1810.

18 *Gazeta do Rio de Janeiro*, 24-05-1809.

19 *Gazeta do Rio de Janeiro*, 15-07-1809.

Obras de origem espanhola como as de Pedro Cevallos e Antonio de Capmany tiveram uma notória influência. Entre os 157 títulos de origem estrangeira que aparecem nos anúncios da *Gazeta de Lisboa*, a maior parte refere-se aos espanhóis (35%), seguidos pelos franceses (31%) e ingleses (18%). Dos 49 títulos franceses anunciados, contudo, 39 foram propagandeados na altura da administração de Junot. No Rio de Janeiro, 35 obras de origem estrangeira foram anunciadas: 40% espanholas, 25% francesas e 17% inglesas.

Recorrendo a uma “retórica de alteridade” (Hartog, 1999: 229), o movimento antifrancês utilizou a figura da inversão para fazer ver a oposição entre portugueses e franceses. Em 1809, o autor do *Grito de um verdadeiro português* foi identificado como “uma cabeça judiciosa”, pedindo resistência “ao tirano da Europa”²⁰. Sequeira de Oliva contrapõe o “tirano” Napoleão ao “virtuoso” D. João²¹. As *Reflexões sobre a conduta do príncipe regente de Portugal* também usam este recurso, tratando portugueses como “heróis” e franceses como “tiranos” (Franco, 1808: 6-7). No Brasil, opõe-se a “Augustíssima Família de Bragança” ao “pérfido corso”²².

Uma análise detalhada do discurso utilizado pelos autores dessa literatura permite identificar os principais aspetos do vocabulário dos panfletistas contrarrevolucionários. Para dimensionar essas características, transcrevemos dez obras que circularam em Lisboa no ano de 1808²³, filtrando apenas textos escritos em versos. Com recurso ao software de análise de dados MAXQDA — que permite atribuir códigos (

20 *Gazeta de Lisboa*, 13-02-1809.

21 *Telégrafo Português*, 16-03-1809. Oliva foi um dos principais autores da época, dividindo o ofício com as armas, pois fez parte das tropas que combateram os franceses na primeira e na segunda invasão. Na altura da primeira invasão, era tenente do corpo de engenheiros, mas se demitiu para se aliar aos patriotas antifranceses no Algarve. Sobre Oliva, ver Vieira, 2011.

22 *Gazeta do Rio de Janeiro*, 19-05-1810.

23 Textos consultados e transcritos, todos disponíveis na Biblioteca Nacional de Portugal: Azevedo, 1808; Cordeiro, 1808; Costa, 1808b, 1808a; Estrela, 1808; Rodrigues, 1808; A restauração de Portugal, décima glosada na ocasião em que a esquadra britânica entrou em o porto de Lisboa, 1808; Ode à feliz restauração de Portugal oferecida aos leais portugueses por um patriota, 1808; A proteção à francesa e a proteção português ou latrocínios e desastres do exército francês em Portugal: Ode, 1808; Epístola em verso heroico, quintilhas, décimas e sonetos cujo assunto é a nação francesa e o seu chefe, 1808.

categorias ou temas) a segmentos de dados, como excertos de texto -, elaboramos uma análise de conteúdo dos panfletos.

Codificámos os textos a partir de seis categorias: “antifrancês” (referente a discursos violentos e taxativos contra os franceses); “escassez” (discursos associados à fome, desocupação e carência); “catolicismo” (discursos associados à religiosidade); “referências internacionais” (discursos associados a eventos estrangeiros, como o apoio inglês e as situações semelhantes em regiões como Espanha, Nápoles e Roma); “família real” (exaltação à corte brasileira); e “patriotismo” (exaltação a Portugal e aos portugueses). A partir da marcação de cada discurso dentro dos textos associados a uma dessas categorias (foram 539 marcações/codificações ao todo), extraímos um retrato dos principais temas que compunham o discurso panfletário²⁴.

Os dados obtidos evidenciam que de facto o discurso antifrancês era o mais apelativo e o mais urgente na altura. Naturalmente, os seis temas tinham uma interligação entre eles, um condicionamento mútuo, mas o uso mais frequente de um em detrimento de outro indica um maior potencial de penetração daquele tema em específico nos leitores/ouvintes. Essa perspectiva de análise traz relevância à ampla predominância do grupo antifrancês, mas também é importante quando notamos uma participação minoritária do grupo “família real” e uma presença grande das referências à “escassez”.

A distribuição temática do discurso diz muito sobre o cenário da primeira invasão francesa, quando o porto de Lisboa esteve permanentemente encerrado, devido ao bloqueio marítimo britânico²⁵, e o abastecimento

24 Importa uma nota sobre método. Já se discutiu se o método interpretativo pode ser desfavorecido quando utilizado com assistência de software analítico, ao passo que a análise utilizando categorias é vista como bastante favorecida pelo software (Kuckartz e Rädiker, pp. 8-10). O eventual desfavorecimento interpretativo não se aplica no nosso caso, a não ser pelas nossas escolhas pessoais. Utilizamos categorias temáticas, que foram por nós selecionadas, e as codificamos no texto — inserido no software — através da nossa própria leitura, o que foi possível dada a pequena dimensão da amostra. A definição das seis categorias foi feita de forma indutiva (Kuckartz e Rädiker, pp. 66-67), após uma primeira leitura dos textos, fruto de uma escolha nossa, sendo as seis que, para nós, representam os principais temas abordados na literatura antifrancesa, constituindo, em conjunto, parte maioritária dos textos. O uso do MAXQDA serviu, assim, sobretudo como apoio para organizar e quantificar dados, gerar sistematizações gráficas e proceder à lematização das palavras. As interpretações são de nossa responsabilidade.

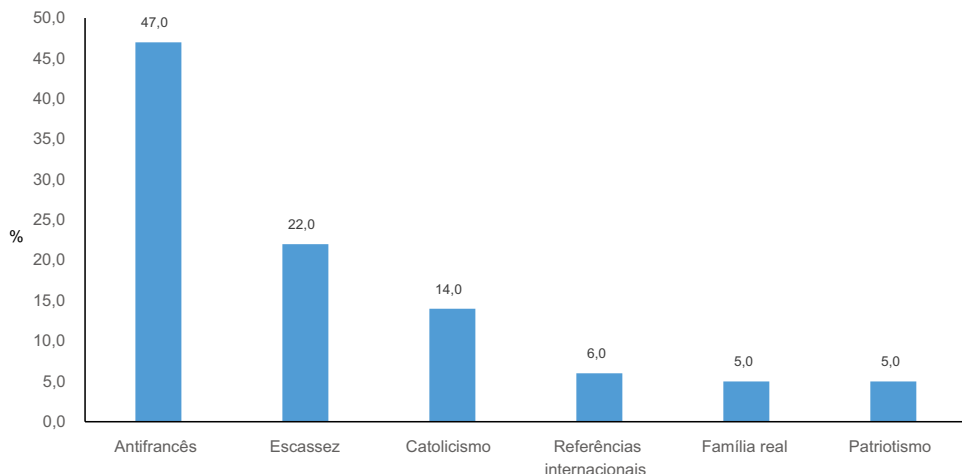


Figura 3 Principais temas no discurso panfletário em 1808

Fonte: ver nota de rodapé n.º 23.

profundamente impactado. Para tal, podemos recordar o testemunho do juiz do povo, José de Abreu Campos. Em encontro com Junot em fevereiro de 1808, ele informou “que as circunstâncias do povo eram as mais tristes que se podiam imaginar, pois estavam sem meios alguns de subsistir”. Depois, em maio, em encontro com o intendente Pierre Lagarde, ao ser perguntado sobre o que havia de novo com o povo, “disse-lhe que muita falta de pão e que me constava morria gente de fome”²⁶.

Também através do MAXQDA, levantámos os principais termos adotados na escrita²⁷. Ainda que isoladamente as palavras nem sempre mostrem o verdadeiro significado do discurso (muitas vezes faz-se uso de analogias ou metáforas), o resultado da prospeção é em alguma medida revelador. Excluídas as palavras vazias (*de, o, a, que, por, com, etc.*), a nuvem vocabular extraída contém termos como “pão”, “fome”, “pobreza” e

25 Sobre o bloqueio continental, ver Macedo, 1962; Caetano, 2004; Cardoso, 2010.

26 AN/RJ, Fundo Negócios de Portugal, *Memória de tudo quanto se passou no tempo, em que servi de juiz do povo em 1808, para ser presente a S. A. R., o Príncipe Regente Nosso Senhor*, código de referência CAI.0.0654114, pp. 2-5.

27 A análise de palavras para aprofundar o conhecimento de textos impressos já foi realizada em Morel, 2007; Stoiani, 2009.

a associação do evento ao divino. A alteridade fica notória com a aparição de termos como “vis”, ou a variante no singular “vil”, 78 vezes referidos; “mau”, ou as variantes “maldade”, “malvados” e “males”, com 47 aparições; “louco” (13), “cruel” (12), “tirania” ou “tirano” (11), “monstros” ou “monstro” (11), “praga” (9), “opressão” ou “oprime” (9), “jugo” (8), “traições” ou “traidor” (8), “diabo” (6), “perfídia” (6), “ladrão” (6) “infames” (5), “cruéis” (5) e “usurpação” (4). O patriotismo está implícito em termos como “pátria (20), “nação” (15), que entrou definitivamente no vocabulário português nessa altura (Matos, 2008), e também pode ser verificado nos usos do termo “povo”, que aparece em 13 ocasiões. Apesar da falta de precisão semântica de alguns autores no que se refere a este termo (Araújo, 2022: 111), foi, como já defendeu Fátima Ferreira (2007), durante o período de resistência aos franceses que o termo “povo” começou a ganhar os usos políticos modernos, associados à nação.

Décadas depois, Machado de Assis, ao escrever *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, em 1881, acrescentaria à trama a recordação de um jantar no Rio de Janeiro, em 1814, em celebração à queda de Napoleão Bonaparte. Neste jantar, um glosador desafiava “todas as rimas de *tirano* e *usurpador*” (Assis, 2023: 67). O texto mostra que a memória coletiva dos versos da época impactou o escritor, que, mesmo não sendo contemporâneo aos eventos, sabia do teor das composições anti-francesas daquele tempo.

Um episódio ocorrido durante a primeira incursão francesa a Nápoles, no fim do século XVIII, ilustra de forma clara a importância da retórica adotada nos textos. Fernando IV mandou imprimir panfletos antifranceses, mas os frades capuchinhos tiveram de traduzir para o povo o discurso (Macry, 2018: 70). O princípio da inversão, segundo Hartog (1999: 231), é “uma maneira de transcrever a alteridade, tornando-a fácil de apreender”. Adotando esta retórica, muitos panfletos e textos patrióticos pretenderam evitar justamente essa fronteira linguística que se notou no caso napolitano no fim do século XVIII, esforçando-se

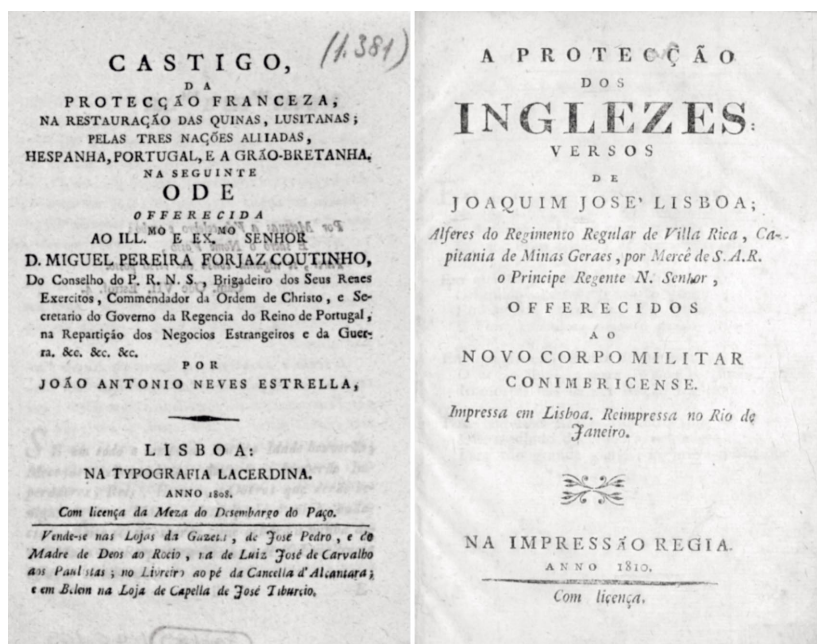


Figura 5 Castigo da proteção à francesa, Lisboa; e A proteção dos ingleses, Rio de Janeiro

Fonte: Estrela, 1808; Lisboa, 1810.

para desenvolver argumentos de fácil compreensão em textos objetivos, onde a tradução não fosse necessária, e em prol de um patriotismo popular suficientemente forte para combater o inimigo.

Como descrito, em 1813, as obras impressas “rotearam o campo e semearam o grão para que os exércitos das potências aliadas colhessem o fruto”²⁹. O mesmo texto reforça que Napoleão “viu declarar-se contra si uma guerra de pena sistemática, e contra a qual nem as suas baionetas nem a sua polícia e dinheiro poderão alcançar vitória, nem armistício”. Estes discursos mostram o uso que foi feito da palavra como arma de combate.

²⁹ Telégrafo Português, 06-04-1813.

A MUDANÇA NO PERFIL EDITORIAL

A segunda metade do século XVIII parece ter representado um período de mudança nas tipologias de leitura em Portugal. Dois grupos começaram a crescer, conotados com a “revolução” das leituras desse século. São as categorias das “Ciências e Artes” e “Belas Letras”, sendo que esta última parece ter crescido inserida numa tendência que Tengarrinha (1989: 56) chama de pré-romântica, quando um elevado número de obras de pe-nhor sentimental aparece entre os últimos anos do século XVIII e os primeiros do XIX. Estas duas secções juntas, de acordo com o levantamento de Rui Tavares (2018: 494-495), que analisou obras enviadas à Real Mesa Censória na segunda metade do Setecentos, ultrapassaram os títulos religiosos. No período da Guerra Peninsular, devido à explosão literária intimamente ligada ao combate contra os franceses, esta mudança no perfil das publicações foi de outra ordem.

Nos finais do Antigo Regime, os livros eram convencionalmente divididos em cinco categorias: “Jurisprudência” (obras de Direito), “Ciências e Artes” (livros de filosofia, ética ou moral, economia, política, história natural, medicina, hidrografia, física, química, matemática, astronomia, ótica, música, mecânica, desenho, arquitetura, arte militar, educação, arte culinária, ginástica e outros afins), “Belas Letras” (gramáticas, dicionários, retórica sacra e profana, poesia, teatro, fábulas, apologias, contos, novelas, romances, sátiras, provérbios e correspondências), “História” (cronologias, antiguidades, viagens, geografia, memórias, relatos de acontecimentos, panfletos e folhetos) e “Teologia” (orações, instruções, pastorais, histórias eclesiásticas, catecismos e obras de devoção). Estas divisões foram adotadas no mundo luso-brasileiro, conforme a mesma separação exercida na biblioteca de António de Araújo e Azevedo³⁰. Diversos autores que estudam o Antigo Regime têm adotado essas categorias (Lisboa, 1991; Neves, 2003; Tavares, 2018).

30 *Catálogo de livros da Biblioteca do Conde da Barca*, Biblioteca Nacional do Brasil, Rio de Janeiro, 1818.

Para o levantamento que fizemos na *Gazeta de Lisboa*³¹, portanto, utilizámos estas cinco categorias, com o acréscimo apenas de uma secção para os periódicos, dada a grande profusão de obras periódicas que existiu num contexto de “tolerância com que durante um curto tempo os poderes públicos haviam permitido a expressão de ideias” em Portugal (Tengarrinha, 1989: 69). Foi nessa época, aliás, que surgiram os primeiros periódicos de tiragem diária em Portugal, tendo o *Diário Lisbonense* sido o primeiro, em maio de 1809, enquanto a partir de julho de 1809 a *Gazeta de Lisboa* passaria também a ser diária. Convém alertar que determinadas obras podem aparecer na intersecção entre categorias, o que inevitavelmente resulta numa seleção do autor a classificação de determinadas obras em “História” e outras em “Ciências e Artes”, por exemplo. No princípio do século XIX não havia uma fronteira nítida entre as ciências e as artes (Silva, 1977: 114). O grupo “Ciências e Artes” se referia aos títulos que tratam da realidade terrena que o homem pode conhecer e sobre a qual pode agir (Lisboa, 1991: 90), sendo um grande grupo que engloba desde filosofia a medicina, passando por arte militar e temas políticos. Ocorre que muitas publicações dessa altura, por serem relatos de acontecimentos extremamente enviesados e com propósitos claramente políticos, poderiam ser tanto classificadas como obras políticas, dentro das “Ciências e Artes”, quanto como históricas, dentro de “História”. Por isso, variações nesses grupos resultam das opções do autor.

Em Lisboa percebe-se uma grande mudança no perfil das publicações, que se tornaram mais políticas com o crescimento das secções de “História” e “Ciências e Artes”. No primeiro caso, proliferaram relatos da guerra e narrativas passadas inspiradoras para o contexto vivido; no segundo, cresceram obras políticas por causa da guerra e da discussão de

31 Também foram utilizados os anúncios da *Gazeta de Lisboa* na listagem de obras impressas publicadas por Balbi (1822, pp. cclxvii-cclxxviii). No entanto, além de não ter estudado o ano de 1808, a listagem parece não descrever exhaustivamente todos os títulos anunciados. A obra *Receita contra a doença moral chamada susto que eles voltem*, anunciada a 18 de março de 1809, por exemplo, não consta. Mais um exemplo é a ausência da reimpressão de *A Besta de Sete Cabeças e Dez Cornos*, anunciada a 22 de fevereiro de 1810 — a lista contabiliza outras reimpressões, como *Marília de Dirceu*, em 1802 e 1812.

questões prementes diante da ameaça estrangeira. Esta leitura mais politizada verificada durante a Guerra Peninsular em Lisboa foi anteriormente notada por João Luís Lisboa (1991).

Ao analisar os anúncios da *Gazeta de Lisboa* de 1806, localizámos 131 distintos títulos — escritos por civis, militares, eclesiásticos e anónimos — anunciados no periódico, sendo que 52% referiam-se ao grupo das “Belas Letras”, 26% às “Ciências e Artes”, 11% à secção de “História” e 7% à de “Teologia”. Ao compararmos com a estatística levantada para o período entre dezembro de 1807 e dezembro de 1810, a transformação no perfil editorial é notória, pois foram anunciados 639 títulos, sendo que as “Ciências e Artes” lideram com 34%, seguidas por “História”, com 25%, “Belas Letras”, com 20%, e “Teologia”, 12%.

A transformação fica mais evidente se tirarmos da conta o período de administração francesa, quando a *Gazeta* era controlada por Lagarde. Utilizando apenas os dados entre setembro de 1808, quando os franceses já tinham sido expulsos de Lisboa, e dezembro de 1810, calcula-se que circularam nos anúncios 449 obras, sendo 36% de “Ciências e Artes”, 33% de “História” e 13% de “Belas Letras”, destacando ainda que a categoria de “Periódicos” alcança uma participação de 9%, ultrapassando as obras religiosas (8%). Conclui-se que, utilizando o ano de 1806 como parâmetro, a Guerra Peninsular fez com que a categoria dos livros de “História” triplicasse a sua participação no mercado e a das “Ciências e Artes” aumentasse em 40%, forçando a redução de 75% da participação dos livros de “Belas Letras”.

Durante a ocupação francesa, o padrão de circulação de obras foi mais inclinado a novelas, romances e narrativas ficcionais, com uma ausência de publicações políticas. Em 1808 circularam nos anúncios da *Gazeta de Lisboa* 35 obras dos géneros citados, sendo que 34 foram anunciadas durante o tempo dos franceses — ao todo, entre 1808 e 1810, calculámos 55 novelas anunciadas. A única obra englobada entre novelas e narrativas ficcionais anunciada em 1808 no período após a expulsão dos franceses tem, por si só, apesar de ser ficção, uma conotação

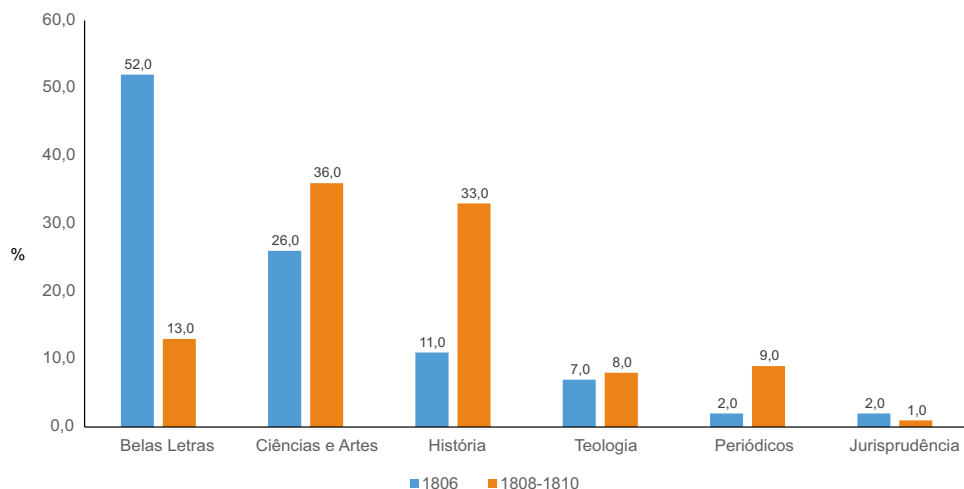


Figura 6 Categorias dos anúncios literários em Lisboa

Fonte: *Gazeta de Lisboa*, 1806 / setembro de 1808 a dezembro de 1810.

marcadamente política. Trata-se da obra *Partida de voltarete em que jogam Fernando VII, Napoleão e Murat*. Das publicações de “História”, por exemplo, apenas 15 das 162 que circularam entre 1808 e 1810 foram anunciadas durante o tempo dos franceses. Das tidas como políticas (dentro de “Ciências e Artes”), foram 81 ao todo e apenas seis durante a administração de Junot, quando foram anunciados panfletos como a *Profecia Política, verificada no que está sucedendo aos portugueses pela sua cega afeição aos ingleses*³².

Esse perfil contrastante das obras identificado entre a época da administração francesa e o restante do período estudado está relacionado com a tentativa de manipulação da opinião pública exercida pelos franceses. As publicações políticas são mais numerosas no campo patriótico porque, ao que tudo indica, os administradores franceses davam mais atenção à imprensa periódica do que a outros escritos (Díez, 2009; La Parra, Fernández Sirvent e León Navarro, 2012), dedicando assim atenção às notícias da *Gazeta*, que no tempo dos franceses se esforçaram

32 *Gazeta de Lisboa*, 06-05-1808.

para informar os benefícios que Napoleão representava a Portugal — o mesmo aconteceu durante a administração francesa no Porto, quando o *Diário do Porto* “apenas dava relevo aos acontecimentos político-militares favoráveis ao invasor” (Jorge, 1979: 14). Não se pode, porém, menosprezar os panfletos pró-franceses, sobretudo por não estarem tão estudados como os antifranceses, conforme aponta Tengarrinha (2011: 69-70). Prova disso é que a Intendência-Geral da Polícia demonstrava preocupação com os papéis pró-franceses, chegando, em 1809, a solicitar que fossem apreendidos todos os papéis impressos no Porto à venda na Loja da Gazeta, em Lisboa³³, com receio dos escritos impressos pelos franceses durante a segunda invasão francesa.

Na sequência da “restauração” da *Gazeta de Lisboa*, a partir de setembro de 1808, começam a proliferar nos anúncios publicações anti-francesas. Logo na quarta edição é impresso um “aviso” de que “com a Gazeta de hoje se dará gratuitamente um folheto que contém a continuação da restauração feita no Algarve”³⁴. Dias depois foi anunciada a *Proteção à Francesa*, de José Daniel Rodrigues da Costa³⁵. Estas primeiras semanas após a recolocação das armas reais portuguesas no cabeçalho do periódico indicam claramente a nova inclinação do periódico e dos prelos.

O perfil mais politizado também se verifica no Rio de Janeiro, onde a secção de “Ciências e Artes” lidera entre os livros anunciados na imprensa. As “Belas Letras” têm uma proporção maior que em Portugal, o que pode ser explicado pela impressão de obras nunca impressas no Brasil, pois a imprensa tinha acabado de ser inaugurada; pela maior facilidade de importação de obras após a abertura dos portos; ou ainda pela proliferação de versos e odes produzidos na América Portuguesa para celebrar os feitos da Coroa agora instalada no Brasil.

33 AN/TT, Intendência-Geral da Polícia, Registo da correspondência expedida para corregedores e juizes do crime, Liv. 21, p. 182.

34 *Gazeta de Lisboa*, 20-09-1808.

35 *Gazeta de Lisboa*, 01-10-1808.

Afastado do “campo de guerra”, o Rio de Janeiro vivia um processo de metropolização (Schultz, 2008), ao mesmo tempo que apoiava o reino com subsídios da população³⁶, um discurso antifrancês explícito nas notícias do seu periódico (Stoiani, 2009: 118-164), mas também imprimindo escritos antifranceses na recém-criada Impressão Régia. A *Gazeta do Rio de Janeiro* e os títulos impressos no Rio de Janeiro, muitos deles reimpresões dos originais de Lisboa, exibiam um discurso contra os franceses tentando ignorar a rutura que representou a mudança da corte para o Brasil e imaginar um fio de continuidade na experiência do tempo no Império português (Barra, 2012). Nesse quadro discursivo, há exceções, como a obra de José Acúrsio das Neves, que de facto trata a transladação da corte como uma rutura³⁷.

Tudo indica uma incomum predominância do grupo de leitura “Ciências e Artes” nesse período no Rio de Janeiro, apesar de não existir um parâmetro anterior para comparação por causa da inexistência de tipografias até então. Excluindo documentos oficiais, entre 1808 e 1810 esta categoria representou 40% dos títulos anunciados, seguida por “Belas Letras” (26%) e “História” (15%). A título de comparação, Lúcia Neves (2003: 35), analisando os títulos publicados pelas tipografias no Rio de Janeiro entre 1808 e 1822, calculou em 15% a representatividade das “Ciências e Artes”, 46% das “Belas Letras” e 24% de “História”, o que nos sugere uma maior presença das “Ciências e Artes” nos anos da guerra.

Tais obras produzidas pelos portugueses foram classificadas por Nizze da Silva como pertencentes ao denominado “Ciclo Napoleónico”, isto é, títulos destinados a combater não só a imagem de Napoleão, mas dos franceses em geral³⁸. São “textos que dificilmente se enquadram na

36 A *Gazeta de Lisboa* noticiava a chegada dos donativos do Brasil (ver, por exemplo, as edições de 23-05-1809 e 05-06-1810). No outro lado do Atlântico, a *Gazeta do Rio de Janeiro* noticiava a forte movimentação para reunir donativos. Muitos livreiros, como Paulo Martin Filho, Manuel Joaquim da Silva Porto e Francisco Luís Saturnino da Veiga, aparecem nas listagens dos que fizeram doações publicadas nos dias 19 e 22 de outubro de 1808. Para uma relação dos principais comerciantes de livros no Rio de Janeiro nessa época, ver: Pires, 2020: 131.

37 Sete dos 12 panfletos publicados por Acúrsio das Neves foram reeditados no Brasil (Vicente, 1989: 119).

classificação então existente” (Silva, 1977: 215). Em função deste difícil enquadramento nas subdivisões das livrarias da época, é importante fazermos uma contabilização à parte da quantidade de obras de alguma forma relacionadas ao conflito que foram anunciadas na gazeta, independentemente da sua categoria. É que muitas obras anti-napoleónicas escondem-se no interior de outras categorias, como o exemplo da *Partida de voltarete em que jogam Fernando VII, Napoleão e Murat*, citada há pouco, além de outros títulos de Belas Letras como *Ode ao senhor D. Fernando VII*.

Feitas as contas, localizámos na *Gazeta de Lisboa* 231 obras relacionadas à Guerra Peninsular, 36% dos 639 títulos anunciados entre dezembro de 1807 e dezembro de 1810. Desconsiderando o período da administração francesa, foram 226 obras das 449, ou 50%. Portanto, em Lisboa, para cada duas obras que saíam dos prelos, uma era sobre o conflito, um dado relevante que dimensiona a participação das letras na guerra.

E estas são apenas aquelas obras explicitamente associadas aos conflitos e aos franceses. No entanto, ainda podemos levantar a hipótese de outros títulos estarem indiretamente associados com as consequências da guerra. Passo a citar alguns exemplos: o *Método de curar o tifo ou febres malignas pela efusão da água fria* não terá sido impresso na tentativa de enfrentar os surtos de tifo resultantes das passagens dos contingentes militares (Rodrigues, 1995: 246)? E o *Ensaio sobre a economia dos combustíveis* não terá saído dos prelos a pensar em economias a bordo das embarcações de guerra? Podemos dizer o mesmo sobre diversos títulos religiosos, aparentemente sem relação direta com a guerra, mas que saíram à luz inseridos num cenário em que se procurava reforçar a fé diante dos perigos da vida real. E o que dizer dos dicionários e gramáticas de língua inglesa anunciados na *Gazeta de Lisboa*? Provavelmente interessavam para facilitar a comunicação com os militares britânicos aliados.

38 Nizza da Silva (1977) foi a primeira a propor a listagem das obras antifrancesas que circularam no Rio de Janeiro.

Analisando a quantidade de obras de alguma forma relacionadas ao conflito que foram anunciadas na gazeta brasileira, parte impressa no Rio de Janeiro e outra parte importada de Lisboa, encontramos 88, ou 45% do total de 197, uma participação um pouco abaixo daquela calculada por Kirsten Schultz, para quem 50% das impressões foram sobre o conflito napoleónico nos dois primeiros anos da Imprensa Régia, caindo para 20% entre 1810 e 1812 (Schultz, 2008: 209). A pequena diferença naturalmente se justifica por serem diferentes fontes. A percentagem um pouco menor do “Ciclo Napoleónico” na *Gazeta do Rio de Janeiro* em comparação com a *Gazeta de Lisboa* pode ser explicada pela maior presença das “Belas Letras” no Rio, por motivos já explicados, mas também pela disposição da tipografia brasileira em imprimir livros técnicos de Medicina para aplicação no curso superior criado em 1808 na nova capital, a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro, bem como obras técnicas de Direito e Economia brasileiros num período de europeização da região.

Temos, assim, um indício de que os panfletos e obras políticas que proliferaram por causa da Guerra Peninsular no outro lado do Atlântico proporcionaram também um perfil editorial singular no Rio de Janeiro durante os primeiros anos da corte portuguesa na cidade, ainda que em paralelo com outras novidades editoriais que apareciam nos trópicos. Juliana Meirelles (2015: 23-24) adverte que entre 1808 e 1815, os anos das guerras napoleónicas, a coroa instalada no Brasil estimulou a Imprensa Régia a publicar livros e panfletos políticos de carácter anti-napoleónico, o que fica indicado também pelos nossos dados levantados nos anúncios.

A necessidade de fazer uma contrapropaganda aos ideais franceses fez com que o governo, quer em Lisboa — através do Conselho de Regência — quer no Rio de Janeiro, permitisse a abertura do apertado aparato de restrição aos escritos, de modo que diversos panfletos circularam sem censura até o fim da ameaça francesa. São as letras em marcha.

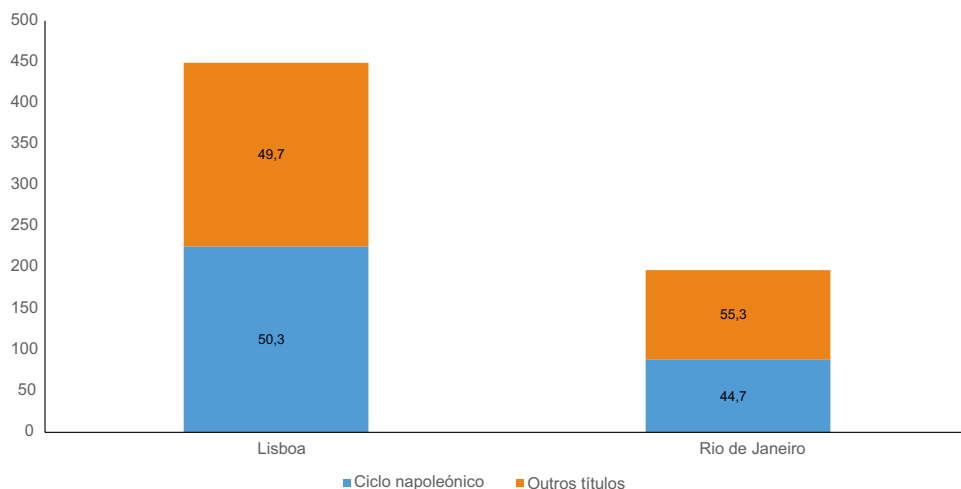


Figura 7 Obras do "Ciclo Napoleônico" em Lisboa e no Rio de Janeiro, 1808-1810

Fonte: *Gazeta de Lisboa*, setembro de 1808-dezembro de 1810 / *Gazeta do Rio de Janeiro*, setembro de 1808-dezembro de 1810.

A MATERIALIDADE DA PALAVRA

A leitura estava concentrada numa elite. Mas, de acordo com análises de investigadores como Marco Morel (2009: 163) e Juliana Meirelles (2017: 387), a circulação da palavra — falada, manuscrita ou impressa — alcançava amplos setores da sociedade no mundo português, para além dos limites impostos pela alfabetização³⁹, existindo diversos espaços que serviram de base para essa circulação. Tal como a historiografia internacional verifica em regiões como França e Inglaterra, excertos de jornais, cartas e livros nessa época eram lidos em voz alta nas cidades, vilas e lojas (Rudé, 1982: 32; Chartier, 1994: 19; Hobsbawm e Scott, 2000: 162). As ideias, portanto, não se reduzem à figura dos intelectuais, podendo impactar também habitantes populares. Assim, as notícias corriam muito mais rapidamente do que hoje se pensa.

³⁹ No fim do Antigo Regime, o Clero e a Nobreza dominavam entre os habitantes letrados. Os funcionários liberais e os negociantes também tinham altas taxas de letramento (Araújo, 1995: 48).

É preciso, portanto, enxergar uma materialidade nas ideias, pensando os sistemas de informação da época e os seus meios vetores, baseados no escrito, mas também — ou sobretudo, dadas as características da sociedade portuguesa de fins do Antigo Regime — no oral. Os jornais, folhetos, panfletos, poemas e boatos se espalhavam por métodos diversos e tudo isso convergia para as redes de comunicação, o que significa dizer que já existia uma sociedade de informação no Antigo Regime⁴⁰.

Neste quadro de transmissão das ideias através de uma multiplicidade de meios, em dezembro de 1808, numa das manifestações mais claras acerca desta questão, o intendente da Polícia, Lucas de Seabra da Silva, determinou a todos os ministros criminais dos bairros de Lisboa que tivessem uma atenção especial à “opinião pública”. Segundo Seabra da Silva, “por toda a parte o povo fala e discorre sobre a situação política do Reino e da Europa”, reforçando que “estes discursos, em que a maior parte do povo se intromete, é indispensável que sejam conhecidos da Polícia, porque, da generalidade e importância destas práticas, se dá a conhecer o espírito público”⁴¹.

Na maior parte das vezes só ficamos a saber sobre esta transmissão de ideias informal através da repressão, ou seja, quando acontecem na clandestinidade. Como parte das obras que passaram a ser anunciadas na imprensa já circulavam anteriormente, durante a primeira invasão francesa, de forma clandestina, temos alguns indícios na documentação policial. Num ofício datado de 20 de janeiro de 1808 direcionado ao “juiz do crime do bairro de Santa Catarina e mais ministros criminais dos bairros”, o intendente Lucas de Seabra da Silva referiu a preocupação que as publicações impressas clandestinas ofereceram aos franceses durante a primeira invasão, realçando sobretudo o medo que tinham de que estas publicações pudessem impactar a mentalidade do “povo rústico”, alertando o “quanto podem influir nos sentimentos do povo alguns apócrifos

40 Esta tese é defendida por Robert Darnton (2010).

41 AN/TT, Intendência-Geral da Polícia, Registo da correspondência expedida para corregedores e juizes do crime, Liv. 21, p. 29.

e incendiosos papéis, que clandestinamente se têm espalhado nesta Corte e afixado nas ruas públicas, a fim de indispor o espírito de seus habitantes contra as autoridades”⁴². Uma vez afixados nas ruas, tais escritos certamente eram lidos e transmitidos oralmente.

Outro informe do intendente, este para o Ministério do Reino, é claro em relação à multiplicidade de formas de transmissão da palavra, entre elas a oralidade, permitindo alcançar os iletrados. No dia 2 de maio de 1809, Lucas de Seabra da Silva enviou ao conhecimento do Ministério um “sumário a que procedeu o corregedor do Bairro Alto contra Inácio Francisco Bastos”. Apesar de não termos localizado o original deste sumário, o documento do intendente é explícito sobre o seu teor, referindo que Bastos foi denunciado como inimigo da nação por ser “autor de um escrito em que se oferecera ao general Junot um plano para a conquista do Brasil”. O informe refere que a primeira testemunha do sumário confirma ter conhecimento do escrito, “declarando que o dito Bastos lhe havia lido e que nele se dizia mal de V.A.R., se louvava a nação francesa e se propunha a facilidade de conquistar os americanos”. As demais testemunhas “só falam disto por ouvido”⁴³. O que se conclui é que Bastos leu o seu escrito pró-francês em voz alta, tentando transmitir ideias à testemunha, que provavelmente não sabia ler, e a seguir outros ficaram a saber “por ouvido”.

A oralidade teve um papel fundamental nesta circulação de ideias, e sob formas diversas, como as “conversações” nas tabernas e lojas de bebidas que eram muitas vezes contra a “tranquilidade pública”, como se pode ver numa correspondência para o corregedor dos Remolares em 1810⁴⁴, receando boatos pró-franceses à porta da terceira invasão⁴⁵. Isso

42 AN/TT, Intendência-Geral da Polícia, Registo da correspondência expedida para corregedores e juizes do crime, Liv. 20, p. 55.

43 AN/TT, Ministério do Reino, Informações do intendente-geral da Polícia, mc. 457, cx 572, 2 de maio de 1809.

44 AN/TT, Intendência-Geral da Polícia, Registo da correspondência expedida para corregedores e juizes do crime, Liv. 22, p. 146.

45 Em 1810, antes e durante a terceira invasão, o medo em Lisboa era intenso em relação à proximidade dos franceses. Para Fernando Dorcas Costa (2010, p. 115), o período foi “certamente o mais dramático da história portuguesa”.

também fica evidente quando lemos uma correspondência do intendente Lagarde para o corregedor de Belém, em julho de 1808, pedindo que “não perca de vista, quando a oportunidade lhe permitir, de mandar prender o mulato a quem se atribui a composição de uma cantiga contra o governo e tropa francesa”⁴⁶. Estes cânticos foram, aliás, ferramenta importante da politização popular durante o período (Isabella, 2023: 400-410).

É natural que a permeabilidade do espaço urbano também tenha servido como catalisador para a circulação de ideias. Arlette Farge (1979: 35), num estudo sobre a vida nas ruas parisienses do século XVIII, analisa que, sobretudo nas habitações populares, o espaço privado mistura-se com o público, sendo difícil guardar segredos em casas com divisórias finas e portas que permitem facilmente entrar ruídos, de modo que os boatos “nascem dessa permeabilidade e circulam rapidamente no exterior”. O intendente Pierre Lagarde reconhecia o perigo desses boatos: em agosto de 1808, em ofício aos corregedores, reclamou de boatos, sobre uma possível evacuação da cidade, que se espalhavam “para inquietar os habitantes de Lisboa”⁴⁷.

A interpretação de Arlette Farge sobre a permeabilidade dos bairros pode ser replicada em Lisboa, onde as portas e as janelas se apertavam nas ruas estreitas dos bairros populares (Silva, 2011: 48). Isso fica evidente nas devassas e sumários das Correições dessa época, onde as testemunhas sinalizavam com grande frequência conhecer o ocorrido por “ouvir dizer” ou “por ser voz constante” e também apontavam muitas vezes terem suspeitado de algo por ruídos ou determinados sons na vizinhança. Estes aspetos interagem com a ideia da existência de uma pluralidade de espaços públicos, sendo a esfera pública moderna, teorizada por Habermas (2003: 128), apenas mais um dos muitos espaços de comunicação e

46 AN/TT, Intendência-Geral da Polícia, Registo da correspondência expedida para corregedores e juizes do crime, Liv. 20, p. 198.

47 AN/TT, Intendência-Geral da Polícia, Registo da correspondência expedida para corregedores e juizes do crime, Liv. 20, p. 216.

atuação dos habitantes (Guerra e Lemperiere, 2013: 8). E são aspetos cruciais para analisarmos o movimento de transmissão de ideias até as camadas populares de Lisboa. Através dessa multiplicidade de caminhos, a marcha das letras ganha outros contornos, alcança maiores públicos e se fortalece, ficando mais compreensível o seu sucesso e o seu papel determinante no campo de guerra.

Sob a perspetiva da história da imprensa e da formação dos espaços públicos modernos, as guerras aparecem, em alguns estudos (Gestrich, 2006; Popkin, 2015: 78-79), como um fator determinante para o estabelecimento de uma esfera propícia ao debate e ao surgimento de leitores (e ouvintes) cada vez mais politizados. Portugal enquadra-se nesse modelo, com um desenvolvimento intenso da sua literatura panfletária política e de periódicos na altura das invasões francesas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imprensa, com a sua atenção ao tempo curto, permite identificar mudanças ocorridas no padrão de circulação literária durante a Guerra Peninsular, marcada por um uso dos papéis impressos como plataforma de resistência aos franceses. Num quadro de conflitos e disputas políticas, o território português abrigou um cenário de guerra onde o desfile de soldados e equipamentos militares em combate aconteceu ao mesmo tempo que o uso da palavra (narrada, manuscrita ou impressa) como arma de enfrentamento. Tendenciosos ou não, esses textos foram um meio para os habitantes em Portugal e no Brasil interpretarem e darem sentido aos acontecimentos. André, o padre “afrancesado” que referimos na introdução deste artigo, ao pedir que não fosse dado “crédito a gazetas”, estava provavelmente se referindo não só às gazetas propriamente ditas, mas de forma genérica a todo o movimento literário antifrancês que explodiu em Lisboa.

Se para Metternich, ministro do império austríaco, o uso da imprensa por Napoleão equivalia a 300 mil soldados (Larriba, 2016: 35), os portugueses, quando libertados do governo de Junot, procuraram fazer frente a

esta força não só com um inédito incremento da produção editorial identificado nos dois lados do Atlântico, mas também com um novo perfil de produção, mais político e combativo e com uma estratégia discursiva penetrante mesmo aos olhos dos populares iletrados. O crescimento editorial e a mudança no perfil das publicações ficam evidentes quando analisados os anúncios da *Gazeta de Lisboa* de antes e durante a guerra, bem como as propagandas da sua congênere brasileira. Neste quadro, mostramos que a imprensa foi um “ingrediente do acontecimento” e uma “força ativa na história” (Darnton, 1996: 15), isto é, capaz de intervir no rumo dos acontecimentos.

Como vimos, os panfletos e a sua retórica indicam o potencial do discurso antifrancês nessa altura, mas também iluminam um canto escondido dessa história e que merece atenção dos próximos estudos sobre as invasões francesas: a importância que a escassez teve nessa época em Lisboa, ao ponto de ser um dos tópicos mais utilizados na retórica panfletária. Além de aprofundar os estudos sobre os impactos dessa circulação de ideias nas classes populares, é importante também lançar luz sobre a vida desses setores desfavorecidos e o quanto foram impactados pela crise. São lacunas ainda abertas na historiografia sobre o período.

Para concluir, isto a que chamamos de “explosão literária” permitiu que uma maior parcela da população fosse mobilizada pelos ventos politizados do princípio do século XIX, impactada por um sistema de informação que funcionava a partir de uma interação entre a oralidade e a escrituralidade. Cada passo para fora, explica Reinhart Koselleck (1999: 49), “é um passo em direção à luz, um ato do esclarecimento”, sendo que o último passo é bater “à porta dos detentores do poder político”. A arena de debate que se abriu fez com que se ampliasse a quantidade de habitantes que principiou a fazer uso público da razão, no sentido desenvolvido por Kant (2008), para quem o esclarecimento é a capacidade “de se servir de seu próprio entendimento”. O gradual esclarecimento de parte da população terá consequências adiante, assinalando momentos decisivos como a Revolução do Porto e a Independência brasileira.

REFERÊNCIAS

Arquivos

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa (AN/TT):

Fundo da Correição Crime do Bairro de Alfama, mç. 11;

Fundo da Intendência-Geral da Polícia, Secção “Coordenação política de magistrados e outras — autoridades”, Série “Registo da correspondência expedida para corregedores e juízes do crime”, liv. 20, 21 e 22;

Fundo do Ministério do Reino, Secção “Segurança Pública”, Série “Informações do intendente-geral da Polícia”, mç. 457.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (AN/RJ):

Fundo Negócios de Portugal, *Memória de Tudo Quanto se Passou no Tempo, Em Que Servi de Juiz do Povo em 1808, Para Ser Presente a S. A. R., o Príncipe Regente Nosso Senhor*, código de referência CAI.0.0654114.

Periódicos

Gazeta do Rio de Janeiro. Hemeroteca Digital Brasileira, 1808-1821.

Gazeta de Lisboa. Princeton University Library e Hemeroteca Municipal de Lisboa, 1806-1810.

Telégrafo Português. Biblioteca Nacional de Portugal, 1809 e 1813.

Outras fontes primárias

A Proteção à Francesa e a Proteção Portuguesa ou Latrocínios e Desastres do Exército Francês em Portugal: Ode (1808).

A Restauração de Portugal, *Décima Glosada na Ocasião Em Que a Esquadra Britânica Entrou em O Porto de Lisboa* (1808), Lisboa, Impressão Régia.

Azevedo, António Soares de (1808), *Ode Sobre o Memorável Feito da Tarde de 18 de junho em que a Cidade do Porto Tomou Armas Para Sacudir o Jugo Francês, Composta e Oferecida ao Exmo e Rmo Senhor Bispo, Presidente e Governador, Porto*, Tipografia de António Alvarez Ribeiro.

Catálogo de Livros da Biblioteca do Conde da Barca, Biblioteca Nacional do Brasil, Rio de Janeiro, 1818.

Cordeiro, Felisberto Inácio Januário (1808), *Furores, Remorsos, Transportes e Delírios do Tirano e Falsário Napoleão*, Lisboa, Tipografia Lacerdina.

Costa, José Daniel Rodrigues da (1808a), *Embarque dos Apaixonados dos Franceses Para o Hospital do Mundo ou Segunda Parte da Proteção à Francesa*, Lisboa, Oficina de Simão Tadeu Ferreira.

- Costa, José Daniel Rodrigues da (1808b), *Proteção à Francesa*, Lisboa, Oficina de Simão Tadeu Ferreira.
- Eliot, William (1810), *A Treatise on the Defence of Portugal With a Military-Map of the Country, Wo Which is Added of the Manners and Customs of the Inhabitants, and Principal Events of the Campaigns Under Lord Wellington, in 1808 and 1809*, Londres, Printed for T. Egerton, Military Library, Whitehall.
- Epístola em Verso Heroico, Quintilhas, Décimas e Sonetos Cujo Assunto é a Nação Francesa e o Seu Chefe* (1808), Lisboa, Impressão Régia.
- Estrela, João António Neves (1808), *Castigo da Proteção Francesa, na Restauração das Quinas Lusitanas Pelas Três Nações Aliadas, Espanha, Portugal e Grã-Bretanha, na Seguinte Ode Oferecida ao Illmo e Exmo D. Miguel Pereira Forjaz Coutinho*, Lisboa, Tipografia Lacerdina.
- Franco, Francisco Soares (1808), *Reflexões Sobre a Conduta do Príncipe Regente de Portugal*, Coimbra, Real Imprensa da Universidade.
- Lisboa, Joaquim José (1810), *A Proteção dos Ingleses*, Rio de Janeiro, Impressão Régia.
- Neves, José Acúrsio das (1810), *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino, Tomo II*, Lisboa, Oficina de Simão Tadeu Ferreira.
- Ode à Feliz Restauração de Portugal Oferecida aos Leais Portugueses Por um Patriota* (1808).
- Rodrigues, António Patrício Pinto (1808), *Chalaça de Napoleão ou Proteção Universal Oferecida aos Apaixonados dos Franceses por A. P.*, Lisboa, Oficina Nunesiana.

Bibliografia

- Abreu, Márcia (2009), “Os lugares dos livros: comércio livreiro no Rio de Janeiro Joanino”, *Floema*, 5 A, pp. 7-30.
- Alberto, Javier García (2012), “La traducción alemana de la Exposición de Cevallos”, em Pilar Martino Alba e Salud María Jarilla Bravo (orgs.), *Caleidoscopio de Traducción Literária*, Madrid, Dykinson, pp. 255-264.
- Alves, J. Augusto Santos (2000), *A Opinião Pública em Portugal (1780-1820)*, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa.
- Araújo, Ana Cristina (1995), *A Morte em Lisboa. Atitudes e Representações, 1700-1830*, Coimbra, Universidade de Coimbra, tese de doutoramento.
- Araújo, Ana Cristina (2022), *Resistência Patriótica e Revolução Liberal, 1808-1820*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

- Assis, Machado de (2023, 1881), *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, Lisboa, Tinta-da-China.
- Balbi, Adrien (1822), *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve, Comparé Aux Autres États de l'Europe, et Suivi d'un Coup'oeil sur l'État Actuel des Sciences, des Lettres et des Beaux-arts Parmi les Portugais des Deux Hémishères*, Paris, Rey et Gravier Libraires.
- Barra, Sérgio Hamilton da Silva (2012), *Ilustração e Memória. A Impressão Régia do Rio de Janeiro e o Projeto do Novo Império Português*, Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, tese de doutoramento.
- Belo, André (2021), *Morte e Ficção do Rei Dom Sebastião*, Lisboa, Tinta-da-China.
- Broers, Michael (2005), *The Napoleonic Empire in Italy, 1796-1814. Cultural Imperialism in a European Context?*, New York, Palgrave.
- Buringh, Eltjo, e Jan Luiten Van Zanden (2009), "Charting the 'Rise of the West': manuscripts and printed books in Europe, a long-term perspective from the sixth through eighteenth centuries", *The Journal of Economic History*, 69 (2), pp. 409-445.
- Caetano, António Alves (2004), *O Porto de Lisboa e o Bloqueio Continental (1806-1812). Ensaio de História Económica*, Lisboa, Academia da Marinha.
- Cardoso, José Luís (2010), "Bloqueio continental e desbloqueio marítimo: o Brasil no contexto global das Guerras Napoleónicas", em José Luís Cardoso, Nuno Gonçalo Monteiro e José Vicente Serrão (orgs.), *Portugal, Brasil e a Europa Napoleónica*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 39-60.
- Chartier, Roger (1994), *The Order of Books. Readers, Authors, and Libraries in Europe Between the Fourteenth and Eighteenth Centuries*, Stanford, Stanford University.
- Chartier, Roger (2002), *A História Cultural, Entre Práticas e Representações*, Algés, Difel.
- Costa, Fernando Dóres (2008), "Franceses e "jacobinos": movimentações "populares" e medidas de polícia em 1808 e 1809. Uma "irrupção patriótica"?", *Ler História*, 54, pp. 95-132.
- Costa, Fernando Dóres (2010), "A invasão de Masséna em 1810 e as linhas de Torres Vedras: uma paradoxal confluência de objectivos?", *Ler História*, 58, pp. 115-135.
- Curto, Diogo Ramada (2007), *Cultura Escrita, Séculos XV a XVIII*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- D'Alcochete, Nuno Daupias (1978), *Les Pamphlets Portugais Anti-Napoléoniens*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Darnton, Robert (2010), *Poesia e Polícia. Redes de Comunicação na Paris do Século XVIII*, São Paulo, Companhia das Letras.

- Darnton, Robert (1996), "Introdução", em Robert Darnton e Daniel Roche (orgs.), *Revolução Impressa. A Imprensa na França (1775-1800)*, São Paulo, Edusp.
- Davis, John A. (2006), *Naples and Napoleon: Southern Italy and the European Revolutions, 1780-1860*, Oxford, Oxford University Press.
- DeNipoti, Cláudio (2012), "Rotas de comércio de livros para Portugal no final do Antigo Regime", em José Damião Rodrigues (org.), *O Atlântico Revolucionário. Circulação de Ideias e de Elites no Final do Antigo Regime*, Ponta Delgada, CHAM-Centro de História de Além-Mar, pp. 161-178.
- DeNipoti, Cláudio (2018), "Historiadores citando historiadores: afirmações de verdades e a construção do discurso histórico (Diogo Borel e as traduções da Constituição francesa)", *Práticas da História*, 7, pp. 133-160.
- Dias, Eurico Gomes (2022), "As ambiguidades de Lucas de Seabra da Silva, 4.º intendente-geral da Intendência Geral da Polícia da Corte e do Reino, ao tempo das Invasões Francesas (1807-1811)", *Politeia — Revista Portuguesa de Ciências Policiais*.
- Díez, Antonio J. Piquerez (2009), "El 'rey Intruso' y la Gazeta de Madrid: la construcción de un mito, 1808-1810", *El Argonauta Español*, 6.
- Durães, Andreia (2017), *Casas de Cidade. Processo de Privatização e Consumos de Luxo nas Camadas Intermédias Urbanas (Lisboa na Segunda Metade do Século XVIII e Início do Século XIX)*, Braga, Universidade do Minho, tese de doutoramento.
- Étienvre, Françoise (2010), "Propaganda antinapoleónica: el arma de la poesia", em Emilio La Parra (org.), *La Guerra de Napoleón en España. Reacciones, Imágenes, Consecuencias*, Alicante, Publicaciones Universidad de Alicante, pp. 249-266.
- Farge, Arlette (1979), *Vivre Dans la Rue à Paris au XVIIIe Siècle*, Paris, Gallimard.
- Ferreira, Fátima Sá e Melo (2007), "'Povo': percursos de um conceito em Portugal — 1780-1850", *Araucaria*, 9 (17), pp. 254-267.
- Galves, Marcelo Cheche, e Juliana Gesuelli Meirelles (2022), *Independências. Circulação de Ideias e Práticas Políticas*, São Paulo, Alameda.
- Garin, Eugenio (1991), *Editori Italiani tra '800 e '900*, Roma, Laterza.
- Gestrich, Andreas (2006), "The public sphere and the Habermas debate", *German History*, 24 (3), pp. 413-430.
- Goldman, Noemí, e Alejandra Pasino (2008), "Opinión pública", em Noemí Goldman (org.), *Lenguaje y revolución. Conceptos Políticos Clave en el Río de la Plata, 1780-1850*, Buenos Aires, Prometeo.
- Guedes, Fernando (1987), *O Livro e a Leitura em Portugal. Subsídios Para a sua História, Séculos XVIII-XIX*, Lisboa, Verbo.

- Guerra, François-Xavier, e Annick Lemperiere (2013), “Introducción”, em François-Xavier Guerra (org.), *Los Espacios Públicos en Iberoamérica Ambigüedades y Problemas. Siglos XVIII-XIX*, México, Centro de Estudios Mexicanos y Centroamericanos, pp. 5-14.
- Habermas, Jürgen (2003), *Mudança Estrutural da Esfera Pública. Investigações Sobre uma Categoria da Sociedade Burguesa*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- Hartog, François (1999), *O Espelho de Heródoto. Ensaio Sobre a Representação do Outro*, Belo Horizonte, UFMG.
- Hobsbawm, Eric, e Joan W. Scott (2000), “Sapateiros politizados”, em Eric Hobsbawm (org.), *Mundos do Trabalho*, Rio de Janeiro, Paz & Terra, pp. 149-191.
- Isabella, Maurizio (2023), *Southern Europe in the Age of Revolutions*, Princeton, Princeton University Press.
- Jorge, António de Resende (1979), “O ‘Diário do Porto’ — 1809, um jornal pró-francês no tempo de Soult”, *Separata da Revista de História*, 2.
- Kant, Immanuel (2008, 1784), *Resposta à Pergunta. O Que é o Esclarecimento?*, Brasília, Casa das Musas.
- Koselleck, Reinhart (1999), *Crítica e Crise. Uma Contribuição à Patogênese do Mundo Burguês*, Rio de Janeiro, Contraponto.
- Kuckartz, Udo, e Stefan Rädiker (2019), *Analyzing Qualitative Data with MAXQDA*, Cham, Springer.
- Larriba, Elisabel (2016), “La prensa al servicio del Imperio”, *Revista de Historia Jerónimo Zurita*, 91, pp. 35-55.
- Lima, Péricles Pedrosa (2012), *A Corte no Brasil e os Periódicos Portugueses, 1808-1821*, Lisboa, Universidade de Lisboa, tese de doutoramento.
- Lisboa, João Luís (1991), *Ciência e Política. Ler nos Finais do Antigo Regime*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Lyons, Martyn (1987), *Le Triomphe du Livre. Une Histoire Sociologique de la Lecture dans la France du XIXe Siècle*, Paris, Promodis — Éditions du cercle de la librairie.
- Macedo, Jorge Borges de (1962), *O Bloqueio Continental*, Lisboa, Delfos.
- Macry, Paolo (2018), *Napoli, Nostalgia di Domani*, Bologna, Il Mulino.
- Magallón, Jesús Pérez (2017), “La periferia catalana en la articulación del nacionalismo conservador español: Antonio de Capmany y la identidad nacional española”, *Hispanismes*, Hors-série 1.
- Marsot, Afaf Lutfi al-Sayyid (2003), “Social and Political Changes after the French Occupation”, em Irene Bierman (org.), *Napoleon in Egypt*, Reading, Ithaca Press, pp. 99-114.

- Martins, Bruno Miguel Pack (2023), “Os panfletos das Invasões Francesas: uma introdução”, em António Ventura e Mário J. Freire da Silva (orgs.), *A Palavra É Uma Arma. Folhetos Sobre as Invasões Napoleónicas*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, pp. 167-198.
- Matos, Sérgio Campos (2008), “Nação”, *Ler História*, 55, pp. 111-124.
- Meirelles, Juliana Gesuelli (2006), *A Gazeta do Rio de Janeiro e o Impacto na Circulação de Ideias no Império Luso-Brasileiro (1808-1821)*, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, dissertação de mestrado.
- Meirelles, Juliana Gesuelli (2015), *A Família Real no Brasil. Política e Cotidiano (1808-1821)*, São Bernardo do Campo, EdUFABC.
- Meirelles, Juliana Gesuelli (2017), *Política e Cultura no Governo de Dom João VI. Imprensa, Teatros, Academias e Bibliotecas (1792-1821)*, São Bernardo do Campo, EdUFABC.
- Morel, Marco (2007), “Pátrias polissêmicas: República das Letras e imprensa na crise do Império Português na América”, em Lorelai Kury (org.), *Iluminismo e Império no Brasil. O Patriota (1813-1814)*, Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, pp. 15-40.
- Morel, Marco (2009), “Da gazeta tradicional aos jornais de opinião: metamorfose da imprensa periódica no Brasil”, em Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (org.), *Livros e Impressos. Retratos de Setecentos e Oitocentos*, Rio de Janeiro, EdUERJ, pp. 153-184.
- Neves, Lúcia Maria Bastos Pereira das (1992), “Comércio de livros e censura de ideias: a actividade dos livreiros franceses no Brasil e a vigilância da Mesa do Desembargo do Paço (1795-1822)”, *Ler História*, 23, pp. 61-78.
- Neves, Lúcia Maria Bastos Pereira das (2003), *Corcundas e Constitucionais. A Cultura Política da Independência (1820-1822)*, Rio de Janeiro, Revan.
- Neves, Lúcia Maria Bastos Pereira das (2008), *Napoleão Bonaparte. Imaginário e Política em Portugal*, São Paulo, Alameda.
- La Parra, Emilio, Rafael Fernández Sirvent, e Vicente León Navarro (2012), “Les pamphlets dans la guerre d’Espagne: discours des humbles ou discours vers les humbles?”, em Jens Ivo Engels (org.), *La Politique Vue d’en Bas Pratiques Privées, Débats Publics dans l’Europe Contemporaine (xixe-xxe Siècles). Les Coulisses du Politique à l’Époque Contemporaine*, Paris, Armand Colin, pp. 47-62.
- Pedreira, Jorge (1998), “As invasões francesas e o seu impacto na economia e na sociedade”, em Nuno Severiano Teixeira (org.), *Portugal e a Guerra. História das Intervenções Militares Portuguesas nos Grandes Conflitos Mundiais*, Lisboa, Colibri, pp. 47-51.

- Pires, João Victor Ribeiro (2020), *Casas, Escravos e Livros. O Cotidiano do Rio de Janeiro no Período Joanino a Partir dos Anúncios de Jornal*, Lisboa, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, dissertação de mestrado.
- Pires, João Victor Ribeiro (2021), “Comércio intenso e preços em alta: o mercado imobiliário no Rio de Janeiro joanino (1808-1821)”, *Mosaico — Revista de História*, 14 (1), p. 107-118.
- Pires, João Victor Ribeiro (2022), “A escravidão como um negócio disseminado no jornal da Corte de D. João VI no Rio de Janeiro (1808-1821)”, *Anuario de Estudios Americanos*, 79 (1), pp. 171-204.
- Popkin, Jeremy D. (2015), *News and Politics in the Age of Revolution — Jean Luzac’s Gazette de Leyde*, London, Cornell University Press.
- Rodrigues, Teresa (1995), *Nascer e Morrer na Lisboa Oitocentista. Migrações, Mortalidade e Desenvolvimento*, Lisboa, Cosmos.
- Rudé, George (1982), *Ideologia e Protesto Popular*, Rio de Janeiro, Zahar.
- Schultz, Kirsten (2008), *Versalhes Tropical. Império, Monarquia e a Corte Real Portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Silva, Alberto da Costa e (2011), “População e sociedade”, em Alberto da Costa e Silva (org.), *História do Brasil Nação. Crise Colonial e Independência, 1808-1830*, Rio de Janeiro, Objetiva, pp. 35-73.
- Silva, Inocência Francisco (1862), *Dicionário Bibliográfico Português*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Silva, Maria Beatriz Nizza da (1977), *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*, São Paulo, Editora Nacional.
- Silva, Maria Beatriz Nizza da (2007), *A Gazeta do Rio de Janeiro, 1808-1822. Cultura e Sociedade*, Rio de Janeiro, EdUERJ.
- Soares, Elisa Celeste Pires de Carvalho (2007). *A Publicidade na Gazeta de Lisboa (1715-1760)*, Lisboa, Universidade de Lisboa, dissertação de mestrado.
- Stoiani, Raquel (2009), *Napoleão Visto pela Luneta d’El-Rei. Construção e Usos Políticos do Imaginário Francês e Napoleônico na América Portuguesa (1808-1821)*, São Paulo, Universidade de São Paulo, tese de doutoramento.
- Tavares, Rui (2018), *O Censor Iluminado. Ensaio Sobre o Pombalismo e a Revolução Cultural do Século XVIII*, Lisboa, Tinta-da-China.
- Tengarrinha, José (1989), *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Lisboa, Caminho.
- Tengarrinha, José (2011), “La batalla de las ideas: conservadores y reformistas en Portugal (1808- 1810)”, em Pedro Rújula e Jordi Canal (orgs.), *Guerra de Ideas. Política y Cultura en la España de la Guerra de la Independencia*, Madrid, Marcial Pons, pp. 57-72.

- Trombetta, Vincenzo (2011), *L'Editoria a Napoli nel Decennio Francese*, Milano, FrancoAngelo.
- Trombetta, Vincenzo (2018), "Les éditeurs napolitains à l'époque napoléonienne", em Pierre-Marie Delpu, Igor Moullier e Mélanie Traversier (orgs.), *Le Royaume de Naples à l'Heure Française. Revisiter l'Histoire du Decennio Francese (1806-1815)*, Villeneuve d'Ascq, Presses Universitaires du Septentrion, pp. 205-222.
- Ventura, António (2011), "A propaganda francesa em Portugal durante a Guerra Peninsular", *O Pelourinho. Boletim de Relaciones Transfronterizas*, 15, pp. 173-188.
- Ventura, António, e Mário J. Freire da Silva (2023), *A Palavra É Uma Arma. Folhetos Sobre as Invasões Napoleónicas*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa.
- Vicente, António Pedro (1989), "José Accursio das Neves: panfletário antinapoleónico", *Ler História*, 17, pp. 113-127.
- Vicente, António Pedro (1999), "Panfletos anti-napoleónicos durante a Guerra Peninsular", *Revista de História das Ideias*, 20, pp. 101-130.
- Vieira, Carla Costa (2011), "Animar a Pátria, refutar Napoleão. O Telegrafo Portuguez de Luís de Sequeira Oliva — um periódico patriótico em tempos de Invasões Francesas", *Congresso Internacional História dos Media e do Jornalismo*.
- Villalta, Luiz Carlos (1999), "Os leitores e os usos dos livros na América Portuguesa", em Márcia Abreu (org.), *Leitura, História e História da Leitura*, Campinas, Mercado de Letras, pp. 183-212.
- Woolf, Stuart (1991), *Napoleon's Integration of Europe*, Londres, Routledge.